



PLATAFORMA CÍVICA DO ALTO ALENTEJO

Resumo do caso

Campo de Tiro no Alto Alentejo

O caso, o território, os números e as violações, em poucas páginas

Uma decisão que muda o território de toda uma região,
anunciada antes dos estudos que a lei manda fazer primeiro.

CONTACTOS

geral@naoaocampodetiro.pt · naoaocampodetiro.pt
Petição pública: peticaopublica.com · PT130367

O essencial

Este documento resume, em poucas páginas, o caso do Campo de Tiro militar que o Governo quer instalar em Alter do Chão, no Alto Alentejo.

- O Governo escolheu Alter do Chão para o campo de tiro da Força Aérea que tem de sair de Alcochete por causa do novo aeroporto de Lisboa.
- São cerca de **sete mil e quinhentos hectares** de terras integralmente agrícolas e privadas, repartidos por vários concelhos do Alto Alentejo.
- A decisão foi **anunciada antes dos estudos** que a lei obriga a fazer primeiro.
- A área fica no raio de impacto de **zonas protegidas**, no mesmo concelho da **Coudelaria de Alter** (Património da Humanidade), e é atravessada por um **gasoduto de alta pressão**.
- Está em causa uma **economia agrícola viva** e o futuro de uma região que luta contra a desertificação.

O que foi decidido

A 11 de Março de 2026, o Ministro da Defesa Nacional anunciou que o Campo de Tiro da Força Aérea sai de Alcochete, para dar lugar ao novo aeroporto de Lisboa, e passa para Alter do Chão. O anúncio foi feito sem estudos concluídos, sem avaliação ambiental, sem consulta das populações e sem comparação documentada de alternativas.

O carácter prematuro da decisão foi reconhecido pelo próprio Governo:

“Os estudos de impacto e outros (...) são os que decorrem da lei e que serão feitos.”

Nuno Melo, Ministro da Defesa Nacional, 11 de Março de 2026.

O que é um campo de tiro militar

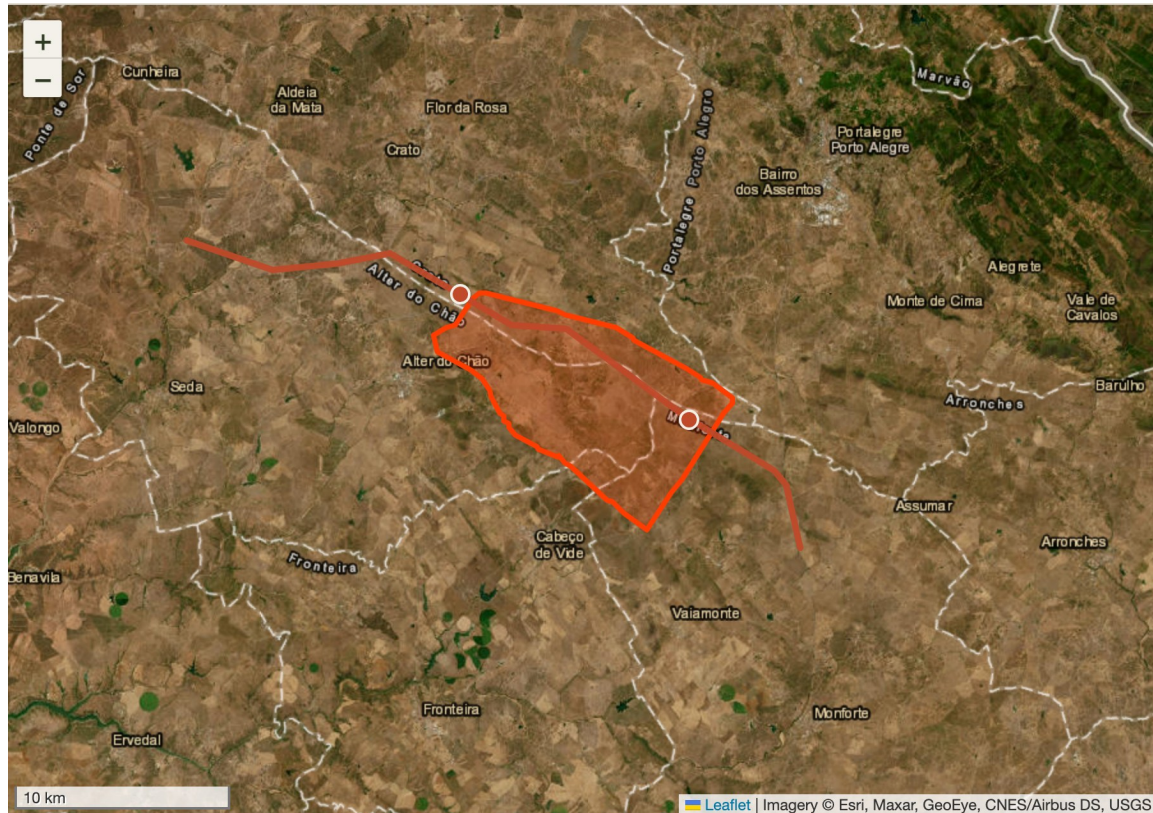
Um campo de tiro militar não é um simples terreno de treino. É uma infraestrutura de grande escala, com fogo real, que exige uma vasta zona de segurança interdita ao público e à actividade normal, gera ruído intenso e prolongado, e acarreta riscos de contaminação dos solos e da água por resíduos de munição, como o chumbo. A sua presença condiciona, de forma permanente, tudo o que existe à volta: a agricultura, a criação de gado, a habitação, o turismo e a vida selvagem.

Porque é uma decisão ao contrário

Há coisas que a lei manda fazer **antes** de decidir uma obra desta dimensão: avaliar o impacto no ambiente, ouvir as populações afectadas e comparar alternativas de localização. Aqui, a ordem foi invertida: primeiro anunciou-se a decisão e só depois se prometeram os estudos. Quando a avaliação chega depois da decisão, deixa de servir para decidir e passa a servir para justificar.

Não está em causa a defesa nacional, nem a existência de um campo de tiro militar. Está em causa *esta* localização e o modo como foi escolhida: sem instrução técnica, sem transparência e sem ouvir quem ali vive e trabalha.

O território em causa

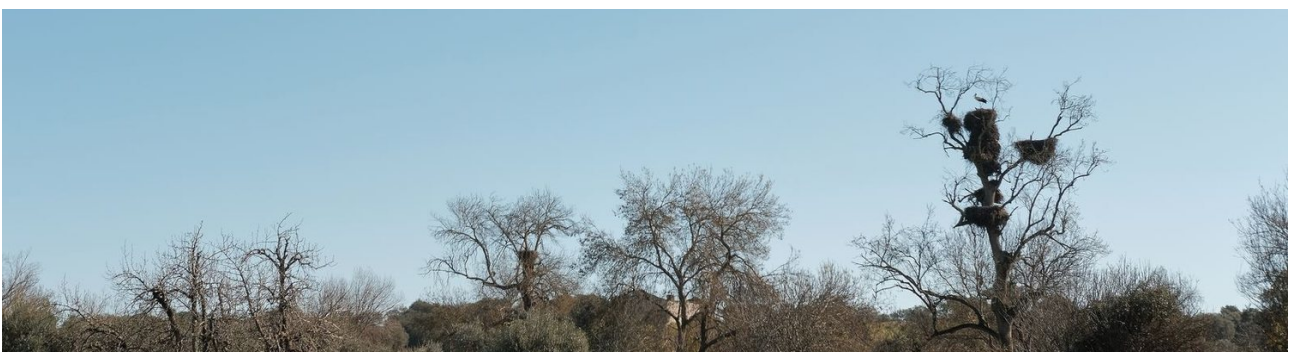


O perímetro previsto e o traçado do gasoduto de alta pressão que o atravessa, sobre os concelhos de Alter do Chão, Crato, Fronteira e Monforte.

Natureza

A área é, na sua maioria, montado de sobre e azinho e pastagem de pecuária extensiva, uma das paisagens mais características e protegidas do Alentejo, que demora gerações a formar-se e fica no raio de impacto da rede europeia de áreas protegidas.

As suas zonas abertas são ainda refúgio de aves já ameaçadas, como o sisão, a abetarda, o tartaranhão-caçador e o peneireiro-das-torres, que dependem de campos tranquilos para nidificar. O que aqui se destruir não se recupera com dinheiro nenhum.



Montado de sobre e azinho e pastagem: a paisagem dominante do território.

Património

A Coudelaria de Alter, fundada em 1748, fica no mesmo concelho escolhido para o campo de tiro, e a sua arte equestre foi reconhecida pela UNESCO como Património da Humanidade em 2024. O ruído e a vibração de um campo de tiro, no raio das operações, são um risco a avaliar para quase três séculos de criação de cavalos, uma actividade que é também um dos rostos do turismo da região.

Segurança e ruído

Um gasoduto de alta pressão atravessa o perímetro previsto, e a segurança de instalar um campo de tiro sobre uma conduta deste tipo não foi avaliada. Ao ruído soma-se o efeito da aviação militar: em Abril de 2026, um caça rompeu a barreira do som sobre a Figueira da Foz, com vidros a estremecer e alarme nas populações. É este o quotidiano sonoro que se prepara para a região.

Risco de incêndio

Um campo de tiro é, pela sua natureza, uma fonte de ignição num montado seco durante grande parte do ano. Acrescentar risco de fogo a uma das zonas mais sensíveis do país é uma ameaça que se estende muito para além do perímetro.

Um impacto que ultrapassa Alter do Chão

Alter do Chão é o concelho onde se concentra a maior parte do polígono, mas o impacto não fica pelas suas fronteiras. Toca directamente o concelho de Monforte e estende-se, pelos efeitos no ambiente, na água, no ruído e na paisagem, aos concelhos vizinhos do Crato e de Fronteira e ao restante Alto Alentejo. É uma decisão sobre o território de uma região, não de uma localidade.

A economia real



Pecuária extensiva, montado e turismo equestre: a economia que o projecto afasta.

O Alto Alentejo não é um descampado. É um território habitado e em produção, que vive da pecuária extensiva, da olivicultura, da cerealicultura, do montado e da cortiça, da vinha, da apicultura e do turismo rural e equestre ligado à Coudelaria. Esta base sustenta mais de uma centena de empregos directos e beneficia de investimento público e europeu, incluindo apoios à agricultura e regadio.

Quando a agricultura cai, não cai sozinha: leva consigo o comércio, os transportes, as oficinas, a transformação e os serviços que dela dependem. Cada exploração que desaparece arrasta empregos que nem sequer estão no campo.

Promete-se, em troca, a vinda de algumas centenas de militares e famílias. Mas uma guarnição militar não substitui uma economia enraizada que produz, dá emprego e exporta. Esterilizar sete mil e quinhentos hectares de terra produtiva afasta essa economia e contraria o combate à desertificação do interior.

Há alternativas

Nada obriga a que o campo de tiro fique em Alter do Chão. Foram apontadas publicamente outras hipóteses que nunca foram comparadas de forma documentada: zonas de muito baixa densidade populacional, a partilha de instalações com aliados no quadro da NATO, e o aproveitamento de áreas militares já existentes. A lei obriga, precisamente, a estudar e a comparar estas opções antes de decidir. Foi esse passo que faltou.

Quanto custa

Levar o campo de tiro para Alter do Chão não é barato, e é dinheiro de todos. Estimativas independentes apontam custos totais na ordem das centenas de milhões de euros, a que se soma o desvio do gasoduto de alta pressão, com custo próprio e anos de licenciamento. A própria desmilitarização do antigo local, em Alcochete, custa 4,5 milhões de euros e arrasta-se até 2029.

A este valor acresce um risco financeiro adicional. Em Março de 2026, o Tribunal de Justiça da União Europeia já condenou Portugal por proteger de forma insuficiente esta zona, com sanções que se agravam enquanto o incumprimento durar. Avançar com um campo de tiro na mesma área pode aprofundar essa factura, paga por todos os contribuintes.

Os números do caso

Indicador	Valor
Área do polígono previsto	≈ 7.500 hectares, em vários concelhos do Alto Alentejo
Propriedade abrangida	Integralmente agrícola e privada
População do concelho	≈ 3.180 habitantes
Empregos directos em risco	Mais de uma centena
Valor económico anual em risco	18 a 30 M€ (estimativa conservadora)
Petição pública PT130367	≈ 2.000 assinaturas
Desmilitarização de Alcochete	4,5 M€, conclusão até 2029
Anúncio da decisão	11 de Março de 2026

As violações

O caso não é apenas uma questão de oportunidade. Pela forma como foi conduzido, a decisão colide com um conjunto de regras nacionais e europeias. Em linguagem simples, eis o que está em causa.

1. Avaliar a Rede Natura antes, não depois. A lei europeia obriga a avaliar o efeito sobre as áreas protegidas antes de aprovar um projecto que as possa afectar. Nenhuma avaliação foi feita antes do anúncio. *Sem ela, qualquer autorização do projecto fica anulável.*

2. Proteger as aves ameaçadas. As regras europeias protegem espécies como o sisão e a abetarda e os seus territórios. O ruído de um campo de tiro sobre o seu habitat foi decidido sem avaliar as populações. *Espécies protegidas podem desaparecer sem que ninguém o tenha medido.*

3. Estudo de impacte ambiental antes da decisão. A avaliação de impacte ambiental tem de preceder a autorização. Aqui, a localização foi decidida e as expropriações confirmadas no Parlamento antes de qualquer estudo. *A decisão fica ferida de um vício de fundo, atacável em tribunal.*

4. Coerência com a condenação europeia. Em Março de 2026 o Tribunal de Justiça da União Europeia condenou Portugal por proteger de forma insuficiente as suas áreas classificadas. Vinte e oito dias depois, anuncia-se um campo de tiro no raio de impacto de áreas protegidas, agravando o próprio incumprimento. *O Estado arrisca o agravamento da multa que já lhe foi aplicada.*

5. A excepção militar não se aplica. A dispensa de avaliação para fins militares só vale para instalações já existentes. Não existe qualquer instalação militar em Alter do Chão. *Não há base legal para dispensar a avaliação ambiental.*

6. Comparar alternativas. A lei exige proporcionalidade e exame de alternativas razoáveis. Não há documento público que compare Alter do Chão com outras localizações. *Não se sabe se Alter do Chão é, sequer, a melhor opção.*

7. Reserva Agrícola Nacional. Afectar solo da Reserva Agrícola a um uso não agrícola exige autorização prévia, que nunca foi pedida. *Perde-se solo agrícola protegido sem a autorização que a lei exige.*

8. Reserva Ecológica Nacional. Intervir em zonas da Reserva Ecológica exige autorização da Agência do Ambiente, que nunca foi pedida. *Intervém-se em zona ecológica sensível sem o aval devido.*

9. Gasoduto de alta pressão. A zona é atravessada por um gasoduto com servidão registada. O projecto é fisicamente incompatível com a infraestrutura e essa compatibilização não foi feita. *Cria-se um risco de segurança que nunca foi avaliado.*

10. Plano Director Municipal. O solo está classificado como espaço florestal de conservação, onde a construção nova é interdita. O projecto contraria o plano municipal em vigor. *Avançar*

obriga a alterar o plano, com nova consulta pública.

11. Direito à informação e à participação. A Convenção de Aarhus garante o acesso à informação ambiental e a participação quando as opções ainda estão em aberto. Os estudos não foram divulgados e não houve consulta prévia. *Os cidadãos foram afastados da decisão que os afecta.*

12. Boa-fé do Estado. O Estado reforçou a protecção desta zona e, 28 dias depois, anunciou a sua violação na prática. É uma contradição dos seus próprios actos. *Mina a confiança nos próprios actos do Estado.*

Cada um destes pontos está fundamentado, com as normas e a jurisprudência verificadas em fonte primária, no dossier de instrução do caso, disponível em naoacampodetiro.pt.

Cronologia

2025. O Governo manda realizar os estudos prévios da Força Aérea.

5 Mar 2026. O Tribunal de Justiça da União Europeia condena Portugal por proteger de forma insuficiente esta zona.

11 Mar 2026. O Ministro da Defesa anuncia a escolha de Alter do Chão, ainda sem os estudos obrigatórios concluídos.

16 Mar 2026. Organizações de defesa da natureza pronunciam-se sobre o impacto nas aves e nas áreas protegidas.

Abril 2026. A contestação cresce. Um caça rompe a barreira do som sobre a Figueira da Foz. No Parlamento pedem-se esclarecimentos e audições.

28 Abr 2026. Agricultores lançam a petição pública contra a localização.

Mai-Jun 2026. Cobertura nacional e regional sucessiva. A petição é entregue na Assembleia da República.

15 Jun 2026. Encontro em Alter do Chão, acompanhado por RTP, SIC, CMTV, NOW e Agência Lusa.

O que a plataforma pede

A plataforma não exige a paralisação da defesa nacional. Exige que se cumpra a lei e que a decisão de localização seja tomada com base em estudos, e não antes deles. Em concreto:

- 1. Suspende a decisão.** Até à conclusão de todos os estudos legalmente obrigatórios.
- 2. Avaliar o impacto ambiental.** Com avaliação completa do efeito sobre a natureza protegida e sobre as populações.
- 3. Ouvir previamente as populações** afectadas pela instalação, com consulta pública.
- 4. Comparar alternativas de localização** de forma técnica e documentada.

Quem é a plataforma

A plataforma cívica Não ao Campo de Tiro reúne agricultores, empresários, associações, profissionais e cidadãos do Alto Alentejo em oposição comum a esta decisão. Conta com o apoio de organizações do sector agrícola da região e não tem fins partidários.

E agora? Como participar

A decisão anunciada não dispensa o procedimento legal, e esse procedimento ainda está por cumprir. Antes de o projecto poder avançar, a lei obriga a uma avaliação de impacte ambiental, que inclui um período de consulta pública. É nessa fase que qualquer cidadão, associação ou autarquia se pode pronunciar formalmente.

Até lá, a oposição faz-se com informação e com número. Conhecer o caso, assinar a petição, falar com quem decide e acompanhar as próximas fases são as formas mais eficazes de garantir que a decisão não se consolida sem o escrutínio que a lei exige.

Perguntas frequentes

Isto é contra a defesa nacional?

Não. A plataforma não contesta a existência de um campo de tiro militar, nem a Força Aérea. Contesta *esta* localização, escolhida sem os estudos e sem a consulta que a lei exige.

A decisão já não está tomada?

O anúncio político não dispensa o procedimento legal. Sem avaliação ambiental, sem consulta e sem comparação de alternativas, a decisão de localização continua sindicável.

Não traz desenvolvimento à região?

A promessa é a de algumas centenas de militares. Em troca, esterilizam-se cerca de sete mil e quinhentos hectares de terra produtiva e afasta-se a economia agrícola e o turismo que hoje fixam pessoas e dão emprego.

Como pode ajudar

- **Assine a petição pública** contra a localização do campo de tiro.
- **Partilhe** este caso com quem conhece.
- **Fale** sobre o assunto. O silêncio é o melhor aliado de quem decidiu sem ouvir.

Contactos

Correio: geral@naoaocampodetiro.pt. Documentação, mapa interactivo e cobertura em naoaocampodetiro.pt. Petição pública: peticaopublica.com · PT130367.



Em defesa do Alto Alentejo.